



**RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**  
**ISSN 2675-6218**

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS**

**BASIC EDUCATION FINANCING: MAIN PROGRAMS, IMPACTS AND CHALLENGES**

**FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA: PRINCIPALES PROGRAMAS, IMPACTOS Y DESAFÍOS**

Alvaro Carvalho Dias da Silva<sup>1</sup>, Jorge Luiz Pereira Correia<sup>2</sup>, Celia Maria da Silva<sup>3</sup>, Agamenon José Silva Gois<sup>4</sup>

e494140

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.4140>

PUBLICADO: 09/2023

**RESUMO**

A educação é um direito de todos e dever do Estado, família, sociedade e um corpo de instituições existentes no escopo organizacional, sendo a garantia assegurada na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu art. 205. Contemplando o bojo de necessidades institucionais, suas funções administrativas e finalísticas, a fim de manter o seu funcionamento, a sustentabilidade e a manutenção de suas atividades precípuas, os fundos e programas de investimentos foram constituídos como formas de equiparar essa realidade, distribuindo recursos e incentivando a democratização do ensino e autonomia financeira das escolas. Logo, o objetivo do presente estudo foi de discutir o papel do financiamento da Educação Básica no Brasil, apresentando os principais programas e fundos, seus impactos preliminares e os seus desafios no sistema socioeducativo. Metodologicamente, esta pesquisa foi realizada com ênfase em pesquisa bibliográfica, de revisão de literatura, com a análise qualitativa, além de exploratória e explicativa. Foram levantados estudos nas principais plataformas de pesquisa *online*, considerando o período de publicação entre 2018 e 2023, contudo sem prescindir de bibliografias mais tradicionais na área em discussão. Concluiu-se, da leitura dos achados científicos, que os fundos e programas de financiamento da Educação Básica, a exemplo do Fundeb e FNDE, dentre outros, constituíram-se em ferramentas transformadoras da realidade educacional brasileira, contudo não foram suficientes para explicar as desigualdades, problemáticas e carências institucionais engendradas nesse escopo, oriundos de outros aspectos intrínsecos ou extrínsecos ao sistema como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Financiamento. Educação Básica. Fundos. Programas. Impactos.

**ABSTRACT**

*Education is a right for everyone and a duty of the State, family, society and a body of institutions existing within the organizational scope, with the guarantee guaranteed in the Federal Constitution of 1988, especially in its art. 205. Considering the scope of institutional needs, its administrative and final functions, in order to maintain its operation, sustainability and maintenance of its core activities, funds and investment programs were created as ways of matching this reality, distributing resources and encouraging the democratization of teaching and financial autonomy of schools. Therefore, the objective of this study was to discuss the role of financing Basic Education in Brazil, presenting the main programs and funds, their preliminary impacts and their challenges in the socio-educational system. Methodologically, this research was carried out with an emphasis on bibliographical research, literature review, with qualitative analysis, in addition to exploratory and explanatory. Studies were collected on the main online research platforms, considering the publication period between 2018 and 2023, but without foregoing more traditional bibliographies in the area under discussion. It was concluded, from reading the scientific findings, that the funds and financing programs for Basic Education, such as Fundeb and FNDE, among others, constituted transformative tools in the Brazilian educational reality, however they were not sufficient to explain the inequalities, problems and*

<sup>1</sup> FACSU Faculdade Sucesso.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, WUE - Professor da Faculdade Sucesso - FACSU.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, WUE - Faculdade Sucesso FACSU.

<sup>4</sup> Mestre em Ciências da Educação pela Emil Brunner World University, EBWU. Professor efetivo de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

*institutional shortcomings engendered in this scope, arising from other intrinsic or extrinsic aspects of the system as a whole.*

**KEYWORDS:** *Financing. Basic education. Funds. Software. Impacts.*

### RESUMEN

*La educación es un derecho de todos y un deber del Estado, de la familia, de la sociedad y de un conjunto de instituciones existentes en el ámbito organizacional, con la garantía garantizada en la Constitución Federal de 1988, especialmente en su art. 205. Considerando el alcance de las necesidades institucionales, sus funciones administrativas y finales, para mantener su funcionamiento, sostenibilidad y mantenimiento de sus actividades centrales, se crearon fondos y programas de inversión como formas de adecuarse a esta realidad, distribuyendo recursos e incentivando la democratización de la economía. autonomía docente y financiera de las escuelas. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue discutir el papel del financiamiento de la Educación Básica en Brasil, presentando los principales programas y fondos, sus impactos preliminares y sus desafíos en el sistema socioeducativo. Metodológicamente, esta investigación se realizó con énfasis en la investigación bibliográfica, revisión de literatura, con análisis cualitativo, además de exploratorio y explicativo. Los estudios fueron recopilados en las principales plataformas de investigación en línea, considerando el período de publicación entre 2018 y 2023, pero sin renunciar a bibliografías más tradicionales en el área en discusión. Se concluyó, de la lectura de los hallazgos científicos, que los fondos y programas de financiamiento para la Educación Básica, como Fundeb y FNDE, entre otros, constituyeron herramientas transformadoras en la realidad educativa brasileña, sin embargo no fueron suficientes para explicar las desigualdades, problemas y deficiencias institucionales engendradas en este ámbito, derivadas de otros aspectos intrínsecos o extrínsecos del sistema en su conjunto.*

**PALABRAS CLAVE:** *Financiamiento. Educacion basica. Fondos. Software. Impactos.*

### 1 INTRODUÇÃO

Tal qual preconizado no escopo dos direitos e das garantias constitucionais, dentre outros aspectos e dimensões, a educação encontra-se alicerçada dentro dos princípios basilares desse diploma legal. Nesse sentido, o art. 205, da Constituição Federal de 1988, estabelece que a educação é direito de todos os indivíduos, sendo proibida quaisquer discriminações, critérios pessoais e fatos atentatórios, além de ser também responsabilidade da família e do Estado.

O art. 205, ainda, determina que a educação deverá ser mantida e estimulada por meio da participação de toda a sociedade, objetivando o desenvolvimento pleno e efetivo de suas capacidades, competências, habilidades e aptidões, sejam sociais, profissionais etc. Dessa maneira, o conceito perpassa os pressupostos de formação de atores preparados para intervir em situações-problema, atuantes, proativos, bem como exercerem a cidadania e contribuir positivamente para o desenvolvimento socioeconômico (Souza, 2022).

Nesse preâmbulo, o Estado enquanto responsável por determinar as práticas, ações e políticas públicas de manutenção das condições propícias para assegurar a educação acessível e de qualidade a toda a sociedade, em diversos níveis, cada vez mais tem buscado distribuir recurso orçamentário para atender a esse pressuposto e princípio constitucionais. O financiamento da educação, no Brasil, trata-se de pauta para elucidar diversos desafios, problemáticas e potencialidades, considerando que a temática tem sido discutida com muita profundidade, ainda mais nos últimos anos, em que pesem gargalos que impedem os avanços no campo da educação (Silva, 2021; Stockmann, 2021; Souza, 2022).

**RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

O financiamento é um fundamento que, quando bem alocado e aplicado pelos gestores diversos que participam do processo como um todo, garantem um eficiente e assertivo funcionamento das atividades de ensino, com oferta de mecanismos e de instrumentos acessíveis à construção de uma Educação Básica significativa e com o alto valor formativo agregado.

Por meio de muitos programas e projetos, o Estado implementa financiamento das ações educativas, assegurando a manutenção da infraestrutura, tecnologias, de capacitação e contratação docente, ampliação das oportunidades de matrículas para todas as pessoas, inclusive com limitações especiais, a valorização da comunidade, dentre outros construtos (Alves; Silveira; Schneider, 2019).

Os recursos do financiamento público se originam na arrecadação do cidadão, em grande parte imposta pelo Estado e viabiliza a formulação de políticas públicas e sua implementação. Ao ser descrita como um dever do Estado e direito de todos, a educação para sua efetivação depende de recursos públicos além de uma política de prioridade estabelecida. Foi a partir da Constituição de 1988 que a temática do financiamento público passou a estar presente nos debates políticos e econômicos. O ensino fundamental, inicialmente foi a atenção principal do governo brasileiro que criou o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola) (Silva *et al.*, 2020, p. 263).

Ademais, constitui-se como objetivo geral do estudo em voga discutir sobre o papel do financiamento da Educação Básica, refletindo sobre os impactos, desafios e programas apresentados pelo Estado. Não obstante a discussão, buscou-se, pois, elucidar e responder ao seguinte problema central e norteador do estudo: quais os papéis desempenhados pelos programas de financiamentos da Educação Básica no Brasil, considerando também os seus reflexos e desafios?

## 2 MÉTODO

Para a elaboração e desenvolvimento das teorias, bibliografias e suporte da seção teórica do presente estudo, procedeu-se ao uso da revisão de literatura ou de método de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa e explicativa.

Para Marconi e Lakatos (2003), a revisão de literatura, aliada à abordagem qualitativa e descritiva, é utilizada quando do levantamento de conjunto de achados científicos (material acadêmico) na perspectiva da temática de interesse, a fim de ter informações para fundamentar as hipóteses e ideias pré-definidas (Gil; Vergara, 2015).

No caso em voga, foi realizado levantamento sobre o financiamento no viés da Educação Básica no Brasil, com recorte sobre os programas, seus impactos e os desafios para sua efetiva implementação no sistema educativo. As pesquisas dos dados foram baseadas nas referências de sites, revistas e em periódicos (com fator de impacto na comunidade científica), plataforma de universidades (repositórios virtuais) e livros acadêmicos no campo da Educação Física.

Os meios *online* priorizados para pesquisa foram: *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), Banco de Dissertações e de Teses (BDDT), o Portal de Periódico da CAPES e *Scopus*. Os descritores aplicados no referido levantamento foram, a saber: “Financiamento” AND “Educação Básica” AND “Programas” AND “Impactos” AND “Desafios” AND “Educação brasileira”.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

Durante a pesquisa foram analisados artigos e textos publicados entre 2018 e 2023, considerando os posicionamentos mais recentes da literatura sobre o tema, e selecionados escritos disponibilizados em língua portuguesa, para situar a teoria e análises no contexto nacional, sendo o seu conteúdo acessível, em sua íntegra, para o *download* e a leitura. Os demais critérios definiram o fator de exclusão dos demais estudos não contemplados na perspectiva do estudo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES

Como dever e competência do escopo estatal, tem-se percebido cada vez um maior destaque para desenvolvimento e implementação de programas e de práticas que assegurem o financiamento das atividades finalísticas da Educação Básica no Brasil, inclusive fomentando maior participação da sociedade por meio de recursos de controle social e transparência, bem como promovendo estímulos para atuação e participação de diversos segmentos sociais na construção dessa cultura de acesso e valorização do ensino no contexto nacional.

Os estudos da economia da educação analisam a relação entre Estado, políticas educacionais e financiamento. Esse financiamento é complexo pois envolve o entrelaçamento de recursos públicos e privados, e cada país possui uma forma de prover e distribuir esses recursos o que pode direta ou indiretamente influenciar nas nações a qualidade e promoção da educação. Para melhor compreender o financiamento da educação básica no Brasil, é necessário conhecer o processo orçamentário e sua execução, os entes federados e suas responsabilidades, as fontes adicionais de recursos e o papel desempenhados pelos fundos destinados à educação básica. A viabilização das metas pretendidas só é possível por meio do envolvimento de todos os segmentos, ou seja, o poder central, as escolas e secretarias. É essencial que entre essas diferentes instâncias haja linguagem comum (Costa; Tavares; Couto, 2021, p. 177).

Conforme apontado pelo Relatório de Financiamento da Educação no Brasil, observou-se um investimento em educação de cerca de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e essa informação é resultado de levantamento promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo que concentra um conjunto de países que desenvolvem relações comerciais e o fomento às práticas sustentáveis, educativas, produtivas etc. O percentual é considerado favorável ao desenvolvimento desse panorama, ainda mais ao considerar que, na década de 80, por exemplo, eram investidos somente um percentual de 3% do PIB na educação (Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Em linhas gerais, o sistema de financiamento nacional da educação básica se alicerça nos seguintes pressupostos: no mínimo, 18% de todos os impostos federais recolhidos são destinados para essa finalidade; mínimo de 25% dos impostos dentro da base estadual e municipal (ICMS, IPVA, por exemplo) alocados para essas ações e práticas educativas; mínimo de 25% dos impostos e transferências (ISS, IPTU, por exemplo) e o salário-educação, sendo esta uma modalidade de contribuição social vinculada (obrigatória) das empresas registradas na Previdência Social (Pinto, 2019; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Do total de arrecadações e destinações, evidencia-se que 80% são alocados para financiamento da Educação Básica, sendo, portanto, assim distribuídos: 11,2% destinados à

**RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

Educação Infantil, 49,4% para Ensino Fundamental (Anos Iniciais e os Anos Finais) e 19,4% para Ensino Médio. Evidentemente, que a distribuição justa de recursos é orientada pela realidade no número de matrículas em cada nível, sendo este definido em critérios pré-definidos pelo Censo Escolar (Pinto, 2019; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Dentre os principais programas que elucidam as questões de financiamento da educação, no Brasil, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é, inegavelmente, o que mais ocupa posição de destaque frente às ações e funcionamento contínuo e regular de instituições educativas distribuídas em todo o país. Esse fundo financeiro foi regulamentado por meio da promulgação da Medida Provisória (MP) nº 108/20 e amparado pela Lei Federal nº 14.113 de 2020 (Pinto, 2019; Roggero; Silva, 2020; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Resumidamente, o Fundeb conceitua-se enquanto fundo de natureza contábil e orçamentária, que agrega diversas fontes de recursos, considerando os Estados e municípios, destinado a financiar o funcionamento e manutenção de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica.

O Fundeb constitui uma política essencialmente redistributiva de natureza compensatória. Isso posto, seu mecanismo consiste na redistribuição de recursos financeiros existentes, e o benefício decorrente, em favor de um determinado ente governamental, resulta da transferência de recursos de um ou mais entes governamentais, localizados no âmbito de cada unidade federada estadual. O fluxo financeiro, orientado pelo quantitativo de alunos matriculados, desencadeou significativo processo de municipalização do Ensino Fundamental, acentuando a movimentação desses recursos dos governos estaduais em direção aos governos municípios (Laja; Tavares; Costa, 2020, p. 147).

É formado por 27 fundos independentes para custeio da Educação Básica, um para cada Estado e Distrito Federal. Cada Estado deve usar esses recursos para o custeio dos profissionais da educação e a aquisição, construção e manutenção de serviços e equipamentos de ensino (Pinto, 2019; Lima; França, 2020; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Com novas modificações promovidas no âmbito do referido fundo, contempla-se que, até o ano de 2026, a complementação da União, outrora de 18%, passe para 23%, ampliando ainda mais as oportunidades de infraestrutura e de condições mais salubres para a rede de ensino nacional. No ano de 2020, por exemplo, a complementação da União foi de R\$ 14,8 bilhões. Para o ano de 2026, projeta-se a complementação de R\$ 33,9 bilhões por parte da União (Pinto, 2019; Roggero; Silva, 2020; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Outrossim, do valor percentual de 23% de complementação da União, serão alocados esses recursos às redes públicas que atenderem os requisitos básicos de melhoria de gestão, qualidade de ensino e resultados de desempenho, com ênfase em melhoria na aprendizagem. Além disso, assegura-se que, no mínimo, 70% dos valores sejam investidos no pagamento de docentes da Educação Básica, tendo em vista o cenário de estímulos à valorização do exercício laboral desses profissionais e suas contribuições para desenvolvimento nesse sentido (Pinto, 2019; Roggero; Silva, 2020; Morais, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Dessa maneira:



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

A operacionalização do Fundeb, que agora funcionará em modelo híbrido de distribuição dos recursos. A proposta é que, no primeiro ano do novo modelo do referido fundo, se mantenham as ponderações atuais quanto a etapas, modalidades, duração de jornada e dos tipos de estabelecimento de ensino, ficando para depois questões enquanto um repasse com base em desempenho (Stockmann, 2021, p. 43).

Além disso, a nova operacionalização e aperfeiçoamento do Fundeb, define os seguintes argumentos e pressupostos contextuais:

1. tanto a educação infantil, como ensino fundamental e ensino médio da educação básica passaram a se beneficiar com um financiamento de mecanismo redistributivo.
2. Anteriormente definida em legislação ordinária, a regra da complementação da União foi constitucionalizada (10% no mínimo do total dos recursos dos fundos).
3. O uso da fonte de salário-educação para a complementação da União foi vedado.
4. Foi previsto à fixação em lei de piso salarial profissional nacional para o magistério e de prazo para adequação ou elaboração dos planos de carreiras.
5. No prazo de cinco anos, previsão da realização de fórum nacional com a finalidade de avaliar o financiamento da educação básica, com representantes de diversas esferas como federativas, trabalhadores, alunos e pais, além da garantia de participação da comunidade educacional e popular no processo de definição do padrão nacional de qualidade, e questões semelhantes (Costa; Tavares; Couto, 2021, p. 180-181).

Outro programa que base valorativa para financiamento da Educação Básica é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola (FNDE). Este, por sua vez, trata-se de um mecanismo orçamentário do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Educação e, dentre as suas competências primárias, realiza transferências para os programas e também ações, como a alimentação, transporte escolar, livro didático e fontes diversas de recursos para a escola; para tanto, esses recursos orçamentários são repassados para os Estados e municípios participantes dessas iniciativas.

Existem vários programas e políticas que visam financiar a educação básica no país, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que foi recentemente renovado e tornou-se permanente. O Fundeb é um fundo de natureza contábil e financeira que tem como objetivo financiar a educação básica pública em todo o país. Ele é composto por recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

De acordo Verhine, Robert (2000), existem vários desafios relacionados ao financiamento da educação básica no Brasil, como o descumprimento da vinculação constitucional de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, as perdas astronômicas provocadas pela inflação dos recursos vinculados, o desvio de recursos da educação, a corrupção generalizada, a sonegação fiscal, a fiscalização deficiente por parte dos Tribunais de Contas, a inexistência de controle social, a isenção fiscal para escolas privadas e filantrópicas, os subsídios às escolas privadas, o clientelismo e o peso da burocracia.

Evidentemente, outros programas e ações são contemplados nesse cenário e, por sua vez, nem sempre conseguem satisfazer plenamente as necessidades que se manifestam no sistema estruturalizado de ensino no Brasil. Em alguns casos, não se pode apresentar impactos mais positivos e significativos da aplicação de recursos nas principais atividades desenvolvidas nas

**RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

escolas, considerando diversos vieses e problemáticas, dentre as quais destacam-se gestões ineficientes, corrupção, desvios de verbas para educação, além da percepção de recursos financeiros considerados como insuficientes para atender às demandas locais da Educação Básica (Alves *et al.*, 2020; Costa; Tavares; Couto, 2021; Souza, 2022).

Nesse aparato de discussão e reflexão, descrevem-se os seguintes cenários e contextos acerca do financiamento das ações de educação no país:

[...] os recursos são insuficientes; 2) a política macroeconômica tem influenciado diretamente a política educacional, de forma a minimizar os recursos destinados à educação; 3) persistem práticas como desvios de finalidades, sonegações e isenções, que fragilizam a oferta educacional pública; 4) má administração dos recursos destinados à educação ainda é realidade, problema acentuado pelo frágil controle social existente; 5) as políticas implementadas resultam em conflitos de responsabilidades, que favorecem a desresponsabilização por parte dos entes federados, especialmente da União, que não cumpre a função supletiva e redistributiva em relação aos Estados e municípios, tal qual previsto constitucionalmente (Costa; Tavares; Couto, 2021, p. 182)

Além disso, a nova configuração do Fundeb promoveu novos olhares sobre as principais necessidades de gerenciamento de questões que perpassam o cenário da educação pública no país, evidenciando as problemáticas e obstáculos para uma efetiva e mais profícua sistematização, organização e estruturação como um todo; a partir disso, dessa ampliação de esforços e iniciativas, na coerente distribuição dos recursos financeiros e alocação mais eficiente dos mesmos nas demandas exatas e carentes de maior atenção.

Esses construtos que exigem maiores cuidados e olhares abrem um leque de possibilidades para a exploração dos fatores que os definem e, com o uso contínuo e gradual, enfrentamento dessas situações, construindo um sistema mais enxuto de gargalos, estratégico, flexível e pormenorizado em sua função, que é prover meios e recursos necessários de ensino para desenvolver potencialidades e competência de indivíduos (aprendizagem) (Pinto, 2019; Lima *et al.*, 2023).

O Financiamento da Educação Básica é uma questão crucial para a qualidade do ensino e aprendizagem, que por sua vez, as demandas socioeducacionais são ilimitadas e infindáveis, empregar o dinheiro destinado à manutenção e funcionamento das atividades de ensino, assim como de pesquisa e extensão, assegurando sua sustentabilidade, com uma gestão mais otimizada, evidentemente, tende a repercutir de maneira mais positiva, além de desencadear ações mais proativas, com alto impacto social e valor agregado. Dessa forma, é possível observar que o financiamento da educação básica no Brasil é um tema complexo e que envolve diversos atores e políticas públicas. O FUNDEF e o FUNDEB são alguns dos principais mecanismos de financiamento da educação básica no país, mas ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir a equidade e qualidade do ensino. Alguns dos desafios mencionados nos artigos incluem a descentralização de recursos, a valorização docente e a gestão eficiente dos recursos financeiros. Os programas de financiamento da Educação Básica no Brasil desempenham um papel fundamental na garantia do acesso à educação de qualidade para todos os estudantes. O Fundo de Manutenção e



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por exemplo, é um dos principais mecanismos de financiamento da educação básica no país.

### 4 CONCLUSÃO

O objetivo primordial do referido estudo foi tecer uma discussão sobre vieses do financiamento da Educação Básica no Brasil, apresentando os principais fundos e programas de investimento nas atividades, na manutenção e no funcionamento do sistema de educação. Ao mesmo tempo, discutiu-se, também, os principais impactos e desafios para a gestão mais eficiente e contemplativa dos recursos orçamentários nas demandas institucionais mais evidentes.

Nesse sentido, a criação dos fundos e programas de investimentos são vistos como mecanismos preponderantes para discriminar esses requisitos, embora sejam, também, alvos de duras e constantes críticas, especialmente em função de lacunas que os constituem, em sua visão institucional. Ademais, há que se destacar a função primordial desses fundos enquanto propulsores de desenvolvimento das políticas e ações públicas no contexto educativo, ainda mais na Educação Básica, tornando as pessoas mais próximas da realidade escolar, em função de sua acessibilidade.

Essas mesmas concepções exploram, dentre outros aspectos, fundamentos de descentralização democrática, a alocação dos recursos de forma eficiente, com vistas à satisfação das necessidades institucionais, além de autonomia financeira, participação da comunidade por meio de ações de controle social e transparência e a elaboração de um planejamento articulado, coerente e sólido, onde as demandas e carências sejam claramente evidenciadas, favorecendo maiores investimentos por parte das gestões e tomada de decisão mais elucidativa, consciente e responsável.

Nesse sentido, na qualidade de motivação para pesquisas posteriores e, pois, reconhecendo diversas lacunas ainda existentes nesse campo de análise, sugere-se a investigação, *in loco*, da atuação e ações da gestão escolar e também os impactos da destinação dos recursos provenientes dos fundos repassados. Busca-se, dessa forma, observar os mecanismos de tomada de decisão fortalecidos pela gestão das escolas, alicerçados em planejamento, que refletem na maneira como distribuem os recursos e os empregam para a satisfação de suas demandas institucionais.

Com isso, observou-se uma ampliação da democratização das instituições de ensino e escolas, modernização de sua infraestrutura, inclusive tecnológica, abrindo espaço para a adoção e implementação de mecanismos mais inovadores e didáticos de ensino, de valorização de profissionais, refletindo de maneira mais contemplativa nos indicadores de desempenho escolar e aprendizagem.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago et al. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 979-993, 2020.

ALVES, Thiago; SILVEIRA, Adriana; SCHNEIDER, Gabriela. Financiamento da Educação Básica: o grande desafio para os municípios. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 26, p. 391-413, 2019.





## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCIPAIS PROGRAMAS, IMPACTOS E SEUS DESAFIOS  
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Celia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois

COSTA, Michel; TAVARES, Elisabeth dos Santos Tavares; COUTO, Maria Emília Couto. Financiamento da Educação Básica no Brasil: desconstrução e reconstrução político-histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 9, n. 3, p. 172-187, 2021.

GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Pelotas, 2015.

LAJA, Vanessa Oliveira; TAVARES, Elisabeth Santos; COSTA, Michel. Políticas Públicas implementadas na Educação no Brasil: um olhar sobre o FUNDEB. *In: A educação no âmbito do político e de suas tramas*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020

LIMA, Amilka; FRANÇA, Magna. O financiamento da educação básica em Portugal e Brasil. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, 2020.

LIMA, Walter et al. Financiamento da educação em questão: uma análise comparativa em quatro municípios de Alagoas/AL. **Revista Eletrônica Extensão em Debate**, v. 12, n. 13, 2023.

MARCONI, Marina Almeida; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, Ana. A Dinâmica Federal e Políticas de Fundos para o Financiamento da Educação Básica Brasileira. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, 2022.

PINTO, José. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta educativa**, n. 52, p. 24-40, 2019.

ROGGERO, Rosemary; SILVA, Adriana. A descentralização de recursos no financiamento da Educação Básica. **Dialogia**, n. 36, p. 568-580, 2020.

SILVA, Adriana. **O financiamento da educação básica no Brasil contemporâneo: avanços e contradições revelados nos gastos da educação de Santo André**. 2021. 259f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

SILVA, Francimar Batista et al. Gestão e financiamento da educação básica no Brasil: o papel do FUNDEF e FUNDEB. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 254-267, 2020.

SOUZA, Fábio. O Financiamento da Educação das Prefeituras da Região da Baixada Litorânea Fluminense na Pandemia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, 2022.

STOCKMANN, Daniel. Políticas de Financiamento da Educação no Brasil: impasses para a valorização docente. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, 2021.

VERHINE, Robert. O financiamento da educação básica na década de 90: tendências longitudinais no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2000.